



Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Monografia

Sistema de Ensino de Alunos com Necessidades Educativas Especiais Mentais nas
Escolas Especiais da Cidade de Maputo: Estudo de Caso da Escola Primária Completa
Especial N°2



Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Monografia

Sistema de Ensino de Alunos com Necessidades Educativas Especiais Mentais, nas
Escolas Especiais da Cidade de Maputo: Estudo de Caso da Escola Primária Completa
Especial N°2

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
de grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação na Universidade Eduardo
Mondlane

Pedro Miguel E. Machele

Supervisor

Prof. Doutor. António Cipriano

Declaração de honra

Declaro por minha honra que este trabalho de Licenciatura nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Assinatura

Maputo, aos _____, de Outubro de 2017.

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com a classificação de _____ correspondente a _____ valores no dia _____ de _____ de 2017, por nós membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

Membros de Júri

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

Dedicatória

Dedico a consumação deste trabalho a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação, com a sua ajuda, e o apoio incondicional, em particular a minha família em geral, e a todos que directa ou indirectamente deram o seu apoio para realização do mesmo.

Agradecimentos

Endereço os meus sinceros agradecimentos aos meus professores do Curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação na Universidade Eduardo Mondlane, em especial ao meu supervisor Professor Doutor António Cipriano, pela disponibilidade, interesse e dedicação que sempre demonstrou ao longo do desenvolvimento deste trabalho, desde a concepção do projecto até à redacção da dissertação.

Aos meus colegas do curso, pelas contribuições que me foram dando em algumas fases da elaboração do trabalho.

Ao Director Pedagógico e aos alunos da Escola Completa Especial N°2, na cidade de Maputo onde desenvolvi o estudo, pela preciosa ajuda que me prestaram no contacto com os entrevistados, em particular

À minha família, a quem a realização deste trabalho fez escassear a atenção devida, e a todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

A.A.D.M	Associação Americana de Deficiência Mental
CA	Comportamento Adaptativo
CREI	Centros de Recursos para a Educação Inclusiva
DM	Deficiência Mental
EPI	Escola Primária do Primeiro Grau
EPII	Escola Primária do Segundo Grau
EPCEN°2	Escola Primária Completa Especial N°2
IFPs	Institutos de Formação de Professores
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINED	Ministério da Educação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
NEE	Necessidades Educativas Especiais
PEEC	Plano Estratégico de Educação e Cultura
PNEE	Portadores de Necessidades Educativas Especiais
PPD	População Portadora de Deficiência
PEI	Política Educacional Inclusiva
OGED	Organização e Gestão de Educação

Resumo

Esta pesquisa tem como foco de estudo ensino de alunos com Necessidades Educativas Especiais Mentais e visa compreender como as políticas educacionais estão sendo implementadas na Escola Primaria Completa Especial N° 2. O estudo foi constituído por uma amostra de 13 elementos do I a III ciclo do EP, seleccionados com base em estrato segundo a técnica de amostragem por conveniência.

O estudo seguiu uma abordagem qualitativa e usou como instrumento de recolha de dados a análise documental, questionário por inquérito, observação e a entrevista semi-estruturada. Foram analisados documentos relativos dados estatísticos de alunos com deficiência a nível do país, a entrevista foi aplicada aos directores bem como nos alunos da escola em causa, enquanto que os questionários foram aplicados aos professores.

Como base nos resultados foi possível observar que o ensino de alunos com deficiência na escola em estudo, caracteriza-se como um ensino regular que obedece todas as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, usam o mesmo programa utilizada nas escolas regulares inclusive os professores que lá leccionam são professores com formação para leccionar em escolas regulares porque estes não dispõem de nenhuma formação pedagógica especial, para atender a estes alunos.

O estudo conclui que as políticas educacionais de defesa e inclusão de alunos com deficiência existem e estão sendo implementadas embora não seja de forma correcta existem muitas lacunas.

Palavras-chave: Ensino, NEE e Politicas educacionais.

Índice

Declaração de honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Capítulo I	5
1.1. Introdução	5
1.2. Formulação do Problema de Pesquisa.....	7
1.3. Objectivos.....	8
1.4. Questões da Investigação.....	8
1.5. Justificativa.....	9
Capítulo II	10
2.1. Revisão de Literatura.....	10
2.2. Síntese de Estudos Realizados sobre a inclusão de crianças com NEE.....	10
2.3.5. Educação Inclusiva e Educação Especial	14
2.4. A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Moçambique	15
2.4.1. Dados Estatísticos de Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais em Moçambique	16
2.4.2. Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) e Política Nacional da Educação	17
2.4.3. Plano Estratégico da Educação (PEE).....	17
2.4.4. Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência	19
2.5. Breve olhar as Políticas Educacionais e Curriculares de Alunos com Necessidades Educativas	
2.6. Situação actual da educação especial em Moçambique.....	23

Capítulo III	26
3.1. Metodologia	26
3.1.2. Tipo de estudo	26
3.1.4. População e Amostra	28
3.1.5. Plano de análise de dados	28
Capítulo IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
4.3.1. Discussão dos resultado	32
Capítulo V: Conclusões e recomendações	36
5.1. Conclusões	36
6. Referências Bibliográficas	39

Capítulo I

1.1. Introdução

Na perspectiva antropológica, o homem é uma entidade que se prolonga e se revela em tudo o que vai fazendo durante a sua vida. Como produto da sociedade, caminha em busca da perfeição e do bem-estar consigo mesmo, para quem a educação é um direito inalienável.

Porém, ao longo da história da educação da pessoa diferente, circunstâncias como o abandono, o medo, e a superstição, estiveram na base do seu isolamento.

Contudo, foi na década de 60, que a qualidade dos serviços educacionais é posta em causa, assistindo-se á emergência de um novo paradigma de educação, centrada na criança com deficiência ou seja crianças com Necessidade Educativa Especial (NEE) em particular crianças com deficiência mental (D.M.) e nas suas competências, em detrimento do modelo clínico que outrora vigorava, com base nos testes psicotécnicos. Questionada a validade desses testes, a Associação Americana de Deficiência Mental (A.A.D.M.), propõe, como critério da definição da D.M., além do coeficiente de inteligência, o Comportamento Adaptativo (C.A.)

Em Moçambique, tal como noutros países do mundo, o atendimento educativo dos alunos com (NEE) tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, reflectindo os diversos contextos culturais e políticos de cada época.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948), no seu Artigo 2, preconiza que todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Por sua vez a Constituição da República de Moçambique no seu Artigo 125, preconiza que o Estado promove a criação de condições para a aprendizagem e desenvolvimento da língua de sinais, e promove a criação de condições necessárias para a integração económica e social dos cidadãos com Necessidades Educativas Especiais.

Entretanto, com este intuito, a concessão de inclusão é, cada vez mais um marco nos horizontes educativos, sendo crucial o investimento de mudança na escola, a nível de gestão e direcção norteada por princípios de autonomia, de democraticidade e participação, que visam o recurso a práticas metodológicas flexíveis, em conformidade com o interesse e necessidade das crianças

com deficiência mental, as quais, à semelhança das ditas normais, tem direitos a educação. Dai que esta pesquisa tem como ponto central os alunos com deficiência mental (D.M.).

Por conseguinte, em Moçambique, em particular na cidade de Maputo foram criadas escolas especiais, com vista a formação em todos os graus de ensino e a capacitação vocacional para as pessoas com necessidades educativas especiais que permita a sua integração na sociedade e na vida laboral, como é nosso estudo de caso a *Escola Especial N°2*, localizada na Cidade de Maputo, vocacionada no ensino de alunos com deficiência mental. Assim para analisar o sistema de ensino de alunos com NEE's, nas escolas especiais da cidade de Maputo, quanto ao nível da organização do trabalho, esta estruturado em cinco capítulos a saber:

O primeiro capítulo apresenta uma nota introdutória sobre o tema em estudo, incluindo o problema de pesquisa, a justificativa do tema, os respectivos objectivos e questões de pesquisa. O segundo capítulo trata do marco teórico, onde estão indicadas as literaturas que suportam o trabalho. O terceiro capítulo refere a metodologia usada para a obtenção da informação do campo de estudo, instrumentos de recolha de dados . O quarto capítulo refere a análise e interpretação dos dados. Finalmente, no quinto capítulo apresenta-se a conclusão e recomendações.

1.2. Formulação do Problema de Pesquisa

Reflectir sobre as questões do sistema de ensino de alunos com NEE, bem como de uma escola de qualidade para todos, incluindo pais e encarregados de educação, alunos e professores, através da perspectiva sociocultural significa que nós temos de considerar, dentre outros factores, a visão humana do processo educativo e a visão ideológica de realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação (Alves, 2006). A escola inclusiva ainda tem um longo caminho a percorrer no Mundo e em Moçambique em particular, no entanto, ao falar em educação de inclusão implica em se pensar numa escola onde os alunos recebam oportunidades educacionais adequadas às suas habilidades e necessidades, em pensar numa escola da qual todos fazem parte, em que todos são aceites, em que todos ajudam e são ajudados pelos professores, pelos colegas e pelos membros da comunidade, independentemente do talento, deficiência, origem socioeconómico ou cultural. Uma escola de inclusão só existe na medida em que aceitarmos que é preciso tirar proveito das diferenças.

Uma das grandes preocupação é das escolas não possuírem infra-estrutura adequadas e nem professores com formação psico-pedagógica para lidar com situações de género. Segundo, as crianças são menos valorizadas tanto ao nível da sociedade como educacional. Terceiro, a falta de um número considerável de crianças com necessidades educativas especiais frequentando escolas regulares e especiais. No entanto, a implementação de um modelo inclusivo, requer uma planificação sistemática e flexível, colaborativa, apoiada, entre outros, num conjunto de parâmetros como sejam a cultura da escola, as características dos líderes, a participação, os recursos e os apoios disponíveis e as estratégias de intervenção e de avaliação.

Face a esta problemática, coloca-se a seguinte questão: ***Como são implementadas as políticas de defesa e inclusão de crianças com necessidades educativas especiais mentais no sistema educativo das escolas especiais moçambicanas?***

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- Compreender como as políticas educacionais estão sendo incorporadas nas escolas especiais, tendo em vista o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais da EPC Especial N°2, na cidade de Maputo.

1.3.2. Objectivos Específicos

Para a concretização do objectivo geral, foram formulados os seguintes objectivos específicos.

- Identificar as principais estratégias de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais na escola;
- Avaliar as políticas educacionais e curricular de alunos com necessidades educativas especiais mentais;
- Descrever a estrutura organizacional da EPC Especial N°2, tendo em conta o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais mentais.

1.4. Questões da Investigação

Para se alcançar os objectivos do estudo, foram levantadas as seguintes perguntas de pesquisa:

- Que estratégias de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais a escola utiliza?
- Como são as políticas educacionais e curricular de alunos com necessidades educativas especiais mentais?
- Qual é a estrutura organizacional da EPC Especial N°2, tendo em conta o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais mentais?

1.5. Justificativa

A escolha do tema, deve-se pelo facto de ter convivido com crianças que necessitavam de cuidados especiais e por outro lado a necessidade de aprofundar mais no campo do conhecimento científico e também tomar uma postura crítica reflexiva diante das demandas das instituições de ensino de alunos com necessidades educativas especiais.

A relevância deste estudo dá-se pelo facto de ser um tema discutido aos mais vários níveis e tem alcançado grande importância no meio da sociedade por tratar da questão da inclusão de alunos especiais, fornecendo subsídio teórico e práticos a todos aqueles envolvidos neste processo de integração não somente escolar, mas social como um todo.

Diante da tal afirmação, podemos dizer que a inclusão tem sido um tema vasto e debatido no contexto educacional e também dizer que deixa muitas lacunas no que diz respeito á preparação dos profissionais para trabalharem com indivíduos portadores de deficiência ou seja pessoas especiais. Além disso, as instituições educacionais devem estar preparadas e com equipamento necessário para receber pessoas portadoras de ambientes diferenciados para melhor se desenvolverem.

Capítulo II

2.1. Revisão de Literatura

Este capítulo apresenta a síntese do debate sobre a pesquisa neste campo na perspectiva de diferentes autores que desenvolveram estudos em diversas áreas, de seguida apresenta-se quadro teórico e conceptual pertencente às diferentes abordagens teóricas sobre as discussões e conclusões em torno do tema em análise

2.2. Síntese de Estudos Realizados sobre a inclusão de crianças com NEE

Em relação ao tema em estudo, sobre o sistema de ensino de alunos com NEE, destacamos que teóricos das mais diferentes áreas de pesquisa desenvolveram alguns estudos de modo a compreender o fenómeno em estudo. Assim, isso mostra que a nossa pesquisa irá se fundamentar em alguns desses trabalhos já desenvolvidos.

Ferreira, M, Rui (2013), desenvolveu um estudo que tinha como título "Inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular", o estudo foi realizado em Portugal nas Escolas da Ilha e São Miguel e tinha como objectivo verificar em que medida os professores do 1º e 2º ciclo do ensino regular julgam ser importante a implementação do currículo funcional. Optou - se numa pesquisa de natureza qualitativa, e quanto aos objectivos da pesquisa era descritiva. Para a recolha de dados usou como técnica o questionário. Relativamente ao ângulo da abordagem era um estudo de caso, deste estudo o autor conclui que os professores na globalidade, concordam com a integração ou inclusão das crianças com deficiência mental no ensino regular, também concordam que com aplicação dos currículos funcionais e nomeadamente os currículos específicos individuais possibilitam a socialização e uma melhor inclusão desta criança.

Um outro estudo realizado por Chambal, A, Luís (2012), com o título "A formação inicial de professores para a inclusão escolar de alunos com deficiência em Moçambique". Este estudo foi desenvolvido em Brasil na Universidade Católica de São Paulo, o objectivo central deste estudo era analisar como as políticas de formação docente estão sendo incorporadas pelas instituições de formação docente, tendo em vista o atendimento dos alunos com deficiência no sistema educacional moçambicano.

A concretização deste estudo permitiu ao autor acima citado concluir que a proposição curricular dos Institutos de formação de professores (IFPs) não garantiu homogeneidade de acção, nem incorporação dos princípios das políticas nacionais de educação para todos, na perspectiva da educação inclusiva, reflectido por sua redução a um subtópico de disciplina geral. No que se refere a formação universitária, verificou - se também o mesmo processo de redução e constatou que, ao lado de uma perspectiva reducionista e tradicional no que se refere á educação de alunos com necessidades educacionais ou deficiência, surgiram algumas iniciativas, ainda incipientes, de incorporação de princípios e praticas da educação inclusiva.

2.3. Conceito básicos sobre o tema em estudo

2.3.1. Necessidades Educativas Especiais (NEE)

O conceito de NEE surge pela primeira vez em Londres, em 1978, onde afirma que nenhuma criança deve ser considerada ineducável, e que a finalidade de educação é a mesma para todos por ser um bem a que todos têm direito. O referido conceito foi adoptado em 1994 na declaração de Salamanca, pelo UNESCO, e redefinido como abrangendo todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências, mas também crianças com altas habilidades/sobredotadas, crianças de rua, de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais com dificuldades educacionais (González, 2007).

Actualmente, segundo a Organização Mundial de Saúde, define *Deficiência Mental* (D.M) como uma desordem definida pela presença de um desenvolvimento incompleto, principalmente caracterizado pela deterioração de funções concretas em cada estado de desenvolvimento e que contribuem para o desenvolvimento da inteligência, como por exemplo, as funções cognitivas, da linguagem, motoras e de socialização. Nesta anormalidade, a adaptação ao ambiente é sempre efectuada. Na D.M. os valores para os níveis de desenvolvimento da inteligência devem ser determinados a partir da informação existente, incluindo sintomas clínicos, o comportamento adaptativo na cultura do individuo e as avaliações psicotécnicas (Katz&Lazcano-Ponce, 2008).

Na perspectiva de Cameiro (2007), o conceito de NEE, refere-se às crianças e aos adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais, emocionais e com dificuldade de aprendizagem derivadas de factores físicos ou ambientais. Para este autor, o conceito de NEE abrange crianças

e adolescentes com aprendizagem atípico, isto é, que não acompanham o currículo normal, sendo necessário proceder às adaptações curriculares de acordo com a problemática da criança ou do adolescente, ou seja, toda e qualquer criança independentemente dos problemas que possui tem direito a um programa de educação pública gratuito.

2.3.2. Inclusão Escolar

Para Biaggio (2007), a inclusão é o processo através do qual a escola tenta dar resposta a todos os alunos enquanto indivíduos ao reconsiderar a organização dos seus currículos, organização e meios para garantir o sucesso escolar. A inclusão significa a oportunidade dos indivíduos com deficiência participarem cabalmente em todas as actividades educativas, laborais, de consumo, de diversão, comunitárias e domésticas que caracterizam a sociedade quotidiana.

A inclusão escolar é o processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo e reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para melhorar a igualdade de oportunidade. Através deste processo a escola constrói a sua capacidade de aceitar os alunos que a desejem frequentar, isto é, reduz a necessidade de excluir os alunos.

2.3.3. Educação Especial

O termo "*educação especial*" denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de actuação profissional. De um modo geral, a educação especial lida com aqueles fenómenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, porém têm entrado na pauta nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva.

Atendendo que uma Escola Especial é uma instituição que oferece atendimento especializado para alunos que apresentam necessidades educativas especiais e que requeiram atenção individualizada, bem como ajuda e apoio intenso na aquisição de habilidades básicas, beneficiando de apoio de especialistas. (Da Costa, Ana et al.,1981)

Por outro lado, o (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), diz que Educação Especial é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de

peessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental. Dependendo do país, a educação especial é feita fora do sistema regular de ensino. Nessa abordagem, as demais necessidades educativas especiais que não se classificam como deficiência não estão incluídas. Sendo assim, é necessário antes de tudo, tornar reais os requisitos para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, e não excludente.

De acordo com Cool & Palácios (2004), a educação especial não deve ser vista fora da educação regular, pois, é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, conduta típica ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. A educação especial íntegra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, formar cidadãos conscientes e participativos. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino sob o enfoque sistémico, a educação especial íntegra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Assim, na educação especial, o importante é conhecer como o aluno se desenvolve, ou seja, enfatiza não a deficiência em si mesma, porém como se apresenta o processo de desenvolvimento; como ele interage com o mundo; como organiza seus sistemas de compreensão; as trocas; as mediações que auxiliam na sua aprendizagem; a participação ou exclusão da vida social; a sua história de vida (Loureiro, 2002). A escola, por sua vez, é um espaço interactivo por excelência, possuindo grande papel no desenvolvimento, dando oportunidade a integração social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento próximas, propiciando as compensações às necessidades especiais, tornando-se necessário entender como são desenvolvidas as propostas educacionais voltadas aos portadores de necessidades especiais.

2.3.4. Educação Inclusiva

Segundo Biaggio (2007), refere a educação inclusiva como respostas educativas para as necessidades de seus alunos. E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. A educação inclusiva implica eliminar as barreiras que se contrapõem à aprendizagem e à

participação de muitas crianças, jovens, adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconómicas, individuais e de género não se transformem em desigualdades educativas e, assim, em desigualdades sociais.

A educação inclusiva é a implementação de uma pedagogia que é capaz de educar com sucesso todos os educandos, mesmo aqueles comprometidos, isto é, oferecer às pessoas com necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis as outras portadores de necessidades educativas especiais incluídos em classes comuns, exige serviços de apoio integrado por docentes e técnicos qualificados e uma escola aberta a pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um. A Educação Inclusiva dar-se-á através de mecanismos que irá atender a diversidade, como, por exemplo, proposta curricular adaptadas, a partir daquelas adoptadas pela educação comum.

Para a UNESCO (1994), subjacente a educação inclusiva está o conceito de necessidades educativas especiais, estas referem-se a qualquer criança ou jovem que sente dificuldades em aprender ou qualquer outro que está excluído do sistema regular de ensino, incluindo aquele que é portador de deficiência.

Por outro lado, Correia (1999, p.48), refere que há uma necessidade educativa especial quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas), afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada.

2.3.5. Educação Inclusiva e Educação Especial

A educação inclusiva deve ser entendida como uma abordagem que busca aumentar a participação escolar de todos, incluindo aqueles que são portadores de deficiências. Implica a reestruturação das políticas, de cultura e das práticas pedagógicas para que as escolas possam responder satisfatoriamente a heterogeneidade dos alunos na personalidade, nas aptidões físico-cognitivas, na cultura e nas características demográficas (Save TheChildren, 2002).

Segundo o mesmo documento, são princípios da educação inclusiva os seguintes:

- 1) Reconhecer que todas as crianças e jovens podem aprender e também aprender juntos;
- 2) Aceitar a criança e o jovem como eles são; respeitando as suas peculiaridades;
- 3) Permitir que as políticas e as estratégias educativas respondam as necessidades e expectativas de aprendizagem de todos, particularmente daqueles que necessitam de maior apoio educativo;
- 4) Estabelecer comunidades de aprendizagem onde alunos, professores, pais e outros agentes educativos possam aprender e aprende;
- 5) Estabelecer parcerias entre a escola e a comunidade visando a promoção da justiça social na perspectiva da construção duma sociedade inclusiva;e
- 6) Reconhecer que é um processo dinâmico que se encontra em permanente evolução.

2.4. A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Moçambique

Este subcapítulo apresenta os resultados dos dados obtidos nos principais documentos reguladores da educação concernentes a Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Moçambique, dos quais cabe destacar os seguintes:

- Lei do Sistema Nacional da Educação (Lei n.º 6/92, de 6 de Maio) e Política Nacional de Educação;
- Plano Estratégico de Educação (1999-2003, 2006-2010/11 e 2012-2016);
- Decreto n.º 53/2008, de 30 de Dezembro;
- Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

2.4.1. Dados Estatísticos de Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais em Moçambique

Segundo Manhique (2013, p. 247), afirma que, apesar do quadro legal criado, as barreiras atitudinais e ambientais para a efectivação do “Princípio da Educação Inclusiva” a violação dos “Direitos das Pessoas com a Deficiência” continua, no ordenamento jurídico moçambicano, um fenómeno comum.

Entretanto, esta interpretação é visível na abordagem quantitativa dos dados do Relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) do ano de 2007 sobre a “População Portadora de Deficiência (PPD) em Moçambique”, que indica a existência no país de 475.011 Pessoas com Deficiência, equivalente a 2% do total da população moçambicana. Aponta-se como causas da deficiência: doença (57.9%), à nascença (33.1%) e outras (6.8%); e como tipos de deficiência, pernas amputadas (20.7%), surdos (12.7%), cegos (9.4%), mental (8.5%), braço amputado (8.2%), paralisia (7.3%) e outras (35.2%) das quais, apenas 141.946 sabiam ler e escrever, sendo que 6.758 somente sabiam ler; 295.115 não sabiam ler nem escrever; sobrando um total de 3.480 cuja condição de alfabetização ficou desconhecida.

Com base nos dados do Relatório do INE sobre a PPD em Moçambique nota-se o elevado índice de exclusão escolar de Pessoas com Deficiência, visto que num total de 475.011, apenas 156.761 haviam frequentado uma escola e 231.007 nunca haviam frequentado uma escola do SNE. Estes dados evidenciam que as políticas públicas para a inclusão dos alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) em Moçambique possuem uma aplicabilidade ainda deficitária, apesar da existência de escolas especiais preparadas para receber alunos PNEE.

Importa salientar que segundo MINED, ele promove o direito de todas as crianças, jovens e adultos, a uma educação básica, incluindo aquelas que apresentam deficiência sensorial, mental, física e dificuldades de aprendizagem. A estratégia assenta no princípio da inclusão, com vista a assegurar que os alunos com necessidades educativas especiais ou deficiência, possam frequentar em escolas regulares em vez de serem segregadas em escolas especiais.

2.4.2. Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) e Política Nacional da Educação

Neste âmbito, no sentido de garantir a educação a todo indivíduo, independentemente da sua raça, religião, condição física e estrato social, a Lei n.º 4/43, de 23 de Março aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) e define os princípios fundamentais na sua aplicação, a mesma considera que o SNE é um processo que “contribuirá para a formação do homem moçambicano, com consciência patriótica, cientificamente qualificado, profissional e tecnicamente capacitado e culturalmente liberto.” A Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, busca “reajustar o quadro geral do sistema educativo e adequar as disposições contidas no Artigo 18, da Lei n.º 4/83, de 23 de Março às novas dinâmicas sociais e económicas do país, tanto do ponto de vista pedagógico como organizativo.” O Estado renova mais uma vez o seu compromisso da promoção da educação para todos os cidadãos; o Ensino especial consiste na educação de crianças e jovens com deficiências físicas e mentais ou de difícil enquadramento social e realiza-se em escolas especiais e é objectivo do ensino especial proporcionar uma formação que permita a integração destas crianças e jovens na sociedade e na vida laboral.

Na visão de Mandlate (2012, p. 39), em conformidade com a Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, os objectivos gerais do Sistema Nacional de Educação traduzem a educação e desenvolvimento das práticas ocupacionais. A educação destaca, de acordo com a Política Nacional de Educação, no contexto da estratégia global de desenvolvimento, o Ensino Primário e a Alfabetização de Adultos como prioridade à educação de base que o Governo procura dar a cada cidadão, à luz da Constituição da República de Moçambique. Nesta política, a educação é reconhecida como um instrumento fundamental para o crescimento económico e desenvolvimento social e visa promover o bem-estar dos cidadãos.

Dentro deste quadro, a educação básica é concedida a todos os cidadãos através da introdução gradual de ensino obrigatório e acesso à formação profissional. O direito à educação é alcançado através da SNE, com os seus princípios estabelecidos na Lei n.º 6/92, de 6 de Maio (PNAC II, 2013-2019):

2.4.3. Plano Estratégico da Educação (PEE)

O Plano Estratégico da Educação (1999-2003) prosseguiu com o Plano Estratégico anterior nomeadamente “A Expansão do Acesso à Escola a Melhorar a Qualidade de

Ensino”, continuando a adoptar a filosofia a expansão do acesso à educação inclusiva. Esta baseia-se no princípio de que “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam”, bem como os seus estilos e ritmos de aprendizagem (MINEDH).

Nas palavras de Mandlate (2012, p. 64), em resposta ao movimento mundial em defesa e promoção da educação para todos, o “Projecto Escolas Inclusivas” é parte integrante do Plano Estratégico de Educação para o período de 1999-2003, no qual o Governo moçambicano adoptou o lema “*Combater a Exclusão, Renovar a Escola*”. E para atingir esses propósitos, foi adoptado como instrumento de acção o conjunto de materiais do projecto UNESCO: Formação de Professores, *Necessidades Especiais na Sala de Aula*, que já foi introduzido em mais de 50 países.

Este plano tem como valores centrais os princípios da inclusão, que consiste em que as crianças, os jovens e os adultos com necessidades educativas especiais frequentem escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas especiais, embora ainda existe a exclusão de crianças portadoras de deficiências.

A equidade e inclusão constituem valores fundamentais na visão do Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC). De acordo com o PEEC (2006-2010/11) o Ministério da Educação e Cultura procura assegurar que todas as crianças, jovens e adultos sejam integradas nas escolas regulares, incluindo aquelas que apresentam dificuldades físicas e/ou de aprendizagem e, portanto, necessitam de uma atenção educativa especial, em vez de serem segregadas em escolas separadas ou completamente excluídas deste meio de socialização. O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, por sua vez, promove o direito de acesso de todas as crianças em idade escolar à educação básica, incluindo aquelas que apresentam dificuldades de aprendizagem ou portadoras de necessidades educativas especiais (Mandlate, 2012, p. 35).

De acordo com Michaque (2013, p. 43), Moçambique adoptou a Política Educacional Inclusiva (PEI), assim estabelecia o PEE 1999-2003 e o mesmo prevê o PEE 2012-2016. A PEI estabelece que todo o educando que careça de necessidades educativas especiais deve ser integrado nas escolas regulares.

2.4.4. Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi ratificada pelo Governo moçambicano em 2010 (Resolução n.º 29/2010, de 31 de Dezembro).

Na área da educação, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência estabelece no artigo 24, n.º 2, alínea a) e b) que:

Para a realização deste direito, os Estados membros deverão assegurar que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação da deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação da deficiência.
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Assim, as escolas moçambicanas devem ser escolas inclusivas e compete ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), criar políticas e leis educativas inclusivas. Deste modo, as actividades do MINEDH devem estar viradas a criação de instrumentos que abarcam todos os cidadãos até mesmo os Deficientes físicos no ensino regular.

Diante deste comprometimento assumido, é importante referenciar que o Estado moçambicano através do MINEDH tem a tarefa de criar condições em recursos humanos e materiais que tencionam concretizar a educação inclusiva, conciliando a legislação relativa a educação criadas antes da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com vista a existir um único foco para que efectivamente haja inclusão escolar.

Deste modo nota-se um desajuste da Lei n.º 6/92, de 6 de Maio (Lei de SNE) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ratificada em 2010 (Resolução n.º 29/2010, de 31 de Dezembro), visto que na Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, sendo anterior, ainda

estabelece a necessidade de se criarem salas especiais em escolas regulares, contrariando o sistema de educação inclusiva estabelecido pela Declaração de Salamanca e Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Conforme se pode observar nos pontos 1, 2 e 3 do artigo 29 da Lei n.º 6/92, de 6 de Maio: “1. A Educação Especial consiste na educação de crianças e jovens com deficiências físicas, sensoriais e mentais ou de difícil enquadramento escolar e realiza-se em princípio através de turmas especiais dentro das escolas regulares.

2. Crianças com múltiplas deficiências graves ou com atraso mental profundo deverão receber uma educação adaptada às suas capacidades através do ensino extra-escolar.
3. É objectivo do ensino especial proporcionar uma formação em todos os graus de ensino e a capacitação vocacional que permite a integração destas crianças e jovens em Escolas Regulares, na sociedade.”

Contudo, esta lei não faz menção expressa sobre a educação inclusiva.

Estamos aqui perante uma política inclusiva numa perspectiva da educação especial, pois embora o país tenha assumido internacionalmente a PEI, ainda não criou as condições materiais e humanas para a materialização do sistema de educação inclusiva plasmado nas convenções ratificadas (Michaque, 2013, p. 43).

A 30 de Março de 2007 assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e ratificou em 2010 (Resolução n.º 29/2010, de 31 de Dezembro), tendo se comprometido a partir do artigo 24 da convenção supra citada tal como podemos testemunhar:

“1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida.”

2.5. Breve olhar as Políticas Educacionais e Curriculares de Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Nesta secção, serão apresentadas as informações inerentes as políticas educacionais, que incorporam-se aos princípios, normas, directrizes sobre educação, orientações oficiais

curriculares e pedagógicas emanadas pelo governo moçambicano, tendo em vista o cumprimento dos desafios da educação para todos, universalização do ensino, e a formação do professores voltados aos alunos com deficiência ou seja necessidades educativas especiais.

2.5.1. Políticas Educacionais de Moçambique

As políticas educacionais de alunos com necessidades educativas especiais, tem um lugar de destaque quanto á questão da educação inclusiva, havendo, inclusive, nos diferentes ordenamentos administrativos do MINEDH, um sector responsável pela educação especial, a Unidade Orgânica do Ministério da educação, tem como competência a planificação, coordenação e direcção de actividades no âmbito da educação inclusiva nos diferentes níveis de ensino regular inclusivo como no especial, com vista a atender a diversidade educacional, tendo em consideração os 3 pilares: Acesso, qualidade e capacidade institucional.

Assim, na discussão sobre as políticas educacionais e de escolarização dos alunos com deficiência, deve-se levar em conta que a deficiência è um desafio que se coloca no século XXI, pois o preconceito ainda se evidencia no quotidiano escolar, como resultado de políticas excludentes, constituindo uma dívida não só no âmbito social.

Ao falar-se de políticas educacionais para a diversidade ou para a escolarização de alunos com necessidades educativas especiais, importa ter-se em conta que o relevante, mais além do público a que essas políticas estão direccionadas, e a mudança do cenário actual dos sistemas de ensino e dos próprios processos do ensino e aprendizagem, como assinala Matiskei (2004, p. 186), independentemente da expressão que adjective o substantivo educação - “inclusiva”, “para todos” ou “multicultural” - a realidade que se pretende modificar e aquela que expropria os direitos dos cidadãos da plena inserção social dos sujeitos. Em acepção ampla, portanto, pensar em políticas públicas de inclusão escolar significa planejar em introduzir projectos que ampliem as possibilidades de acesso e inserção social dos diferentes grupos marginalizados.

Portanto, não se pode falar da problemática de exclusão e inclusão escolar dissociada dos factores globais que, a nosso ver, estão na origem dos mecanismos de exclusão social.

Em sua estratégia de acção, o Ministério da Educação e Cultura de Moçambique (MEC-DEE, 2006, p. 1) pretende, no médio e no longo prazo, transformar as actuais escolas especiais em

Centros de Recurso Pedagógico nas regiões norte, centro e sul de Moçambique, que serão destinados a educação/ensino, formação, orientação pré-vocacional, vocacional, profissional e reabilitação de pessoas com deficiência, como referenda as instituições formadoras de professores e também de apoio na área das necessidades especiais na sala de aula do Ensino Básico.

O Ministério da Educação projecta como desafios para a implementação da estratégia de inclusão escolar, a criação de equipas multisectoriais, dos Ministérios de Educação, Saúde e o da Mulher e Acção Social, para caracterização e orientação dos alunos que, segundo a documentação oficial, abrange os educandos com necessidades educativas especiais e introduzir a disciplina da educação especial nos currículos de formação inicial dos professores, para além da formação no exterior de professores com nível superior em Educação Especial (MOÇAMBIQUE, MINED-DEE, 2004, p.2).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a legislação Moçambicana sobre o SNE, o MINED e algumas instituições privadas promovem o direito de todas as crianças, jovens e adultos, a uma educação básica, incluindo aquelas que apresentam deficiência sensorial, mental, físicas e/ou dificuldades de aprendizagem. A estratégia assenta no princípio da inclusão, com vista a assegurar que os alunos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência, possam frequentar a escola.

O governo de Moçambique tomou medidas através da adaptação de políticas e legislação que permitissem “O acesso a uma educação relevante e de qualidade, assegurar o acesso e integração a diferentes níveis de ensino da criança, jovens e adultos com necessidades educativas especiais e/ou portadores de deficiências em condições pedagógicas, técnicas e humanas apropriadas.”(Programa Quinquenal do Governo 2005 – 2009)

Já em 1998 o governo moçambicano implementou o Projecto “*Escolas Inclusivas*”, que tinha como objectivo o desenvolvimento escolar através da formação de professores para responder às necessidades especiais na sala de aula do sistema regular de ensino.

2.6. Situação actual da educação especial em Moçambique

De acordo com o Plano Estratégico (2012-2016) do MINED, o Governo promove o direito de todas as crianças, jovens e adultos, a uma educação básica, incluindo aquelas que apresentam dificuldades físicas e/ou de aprendizagem e, portanto, necessitam de uma atenção educativa especial. A estratégia assenta no princípio da inclusão, com vista a assegurar que as crianças, os jovens e os adultos com necessidades educativas especiais e/ou com deficiência, possam frequentar em escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas especiais.

Neste âmbito, em linha com esta prioridade de inclusão escolar, o MINED lançou o Programa “Escolas Inclusivas” em 1998. Este programa visa gerar experiência com a gestão de crianças com antecedentes e potencial de aprendizagem diferentes, e a gradualmente disseminar e estender esta experiência a todas as escolas do país. Sob os auspícios do Programa de Escola Inclusiva, uma escola primária piloto foi inicialmente seleccionada em cinco províncias. Foi dado apoio a cada uma das escolas piloto (formação, materiais e monitoria) na adopção da abordagem da educação inclusiva.

O enfoque nestas escolas é de que todos os alunos devem estudar juntos sempre que possível, incluindo aqueles que são portadores de deficiência. Para que se possa assegurar que as estratégias e as abordagens que são geradas possam lidar com as necessidades das crianças a todos os níveis do Sistema, esta experiência está agora a ser gradualmente estendida para incluir mais escolas e para cobrir todos os níveis do sistema, tais como escolas secundárias e de nível médio.

De ferir que o lançamento do PEE I coincidiu com o início do Programa de Educação Inclusiva, em 2005, e mais de 31.000 crianças e jovens com necessidades educativas especiais foram e estão a ser apoiados. A maioria foi integrada nas escolas regulares. Outras 418 crianças que exigem uma atenção mais especializada, estão sendo escolarizadas em 4 escolas especiais.

De acordo com dados disponibilizados pela UNICEF- Moçambique (2010), em 2008, foram formados apenas 3,127 professores para servir crianças com necessidades especiais, e havia apenas 98 escolas a oferecer educação inclusiva. Em 2009, havia cerca de 62,000 crianças com necessidades especiais matriculadas em escolas normais.

Conforme indica o Plano Estratégico (2012-2016) do MINED, neste momento, cerca de 24 mil crianças com necessidades educativas especiais frequentam as escolas do Ensino Primário. Contudo, a sua participação no ensino secundário é limitada a apenas pouco mais de 200 alunos. Existem 6 escolas especiais (ensino especial) na cidade de Maputo e nas províncias de Sofala e da Zambézia, que também têm como responsabilidade o apoio às escolas inclusivas, actualmente cerca de 600 alunos frequentam estas escolas.

Nesta perspectiva, existem actualmente três Centros de Recursos para a Educação Inclusiva (CREI) que constituem, efectivamente, um laboratório de referência para os processos e estratégias de inclusão escolar, através de cursos modulares, capacitação de professores, mobilização e sensibilização da comunidade, entre outros. Os Centros são multifuncionais, orientados para os níveis primário e secundário, abarcando áreas de formação e de capacitação profissional, serviços de diagnóstico e orientação, produção de materiais, entre outros.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Chambal (2012), Aborda ainda em relação a educação inclusiva em Moçambique, em particular a formação de professores para a educação inclusiva, refere que a formação proporcionada pelos Institutos de Formação de professores para a actuação com os alunos com necessidades educativas especiais, a proposta curricular foi definida centralmente pelo Ministério da Educação e Cultura, que deveria ser acompanhada pela criação de equipas multissetoriais, dos Ministérios de Educação, Saúde e da Mulher e Acção Social, para caracterização e orientação dos alunos com necessidades educativas especiais e introdução da disciplina de educação especial nos currículos de formação inicial dos professores, e aplicada em todos os níveis no país. Estão incorporados os princípios, as directrizes e normas das instituições formadoras, a cursos para a formação de profissionais: educação e correlatos- psicologia, fisioterapia, logopedias, e outras. Segundo o Plano Estratégico (2006-2010/11) do MINED, 120 crianças com deficiência mental estiveram matriculadas nas turmas inclusivas em 1999.

Segundo Bartholomew; Takala, e Ahmed (2010), em Moçambique o PEEC define como objectivo a integração do ensino especial, através do ensino inclusivo, particularmente através da formação de professores. Até agora, o ensino especial foi dado em escolas especiais, que são geridas pelo Ministério da Mulher e Acção Social. Estas poucas escolas especiais só recebem um número reduzido de crianças com necessidades especiais nas áreas de deficiência auditiva, visual, mental ou física, e estão localizadas nas duas principais cidades do país. Maputo e Beira

Chambal (2012), faz uma abordagem aprofundada em torno da inclusão escolar em Moçambique, refere que a proposta de *Escolas Inclusivas*, foi introduzida na rede educacional em Moçambique a partir de 1998, sendo que a 1ª fase envolveu 11 escolas, tendo como fundamento que “todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam”, dadas após a promulgação da Declaração de Salamanca.

Capítulo III

3.1. Metodologia

Este capítulo descreve as bases da escolha do método de pesquisa utilizado, justificando a abordagem qualitativa, como a mais adequada para este trabalho, bem como as técnicas e instrumentos de recolha de dados e a amostra.

Metodologia é o " conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento" (Andrade, 1999, p.111).

3.1.2. Tipo de estudo

No que concerne a recolha de dados no campo de pesquisa para o alcance dos objectivos, adoptou-se uma metodologia de pesquisa qualitativo na vertente do estudo de caso. Segundo Demo (2000, p. 151), "as pesquisas qualitativas são pesquisas exploratórias, isto é, estimula aos participantes a pensarem livremente, mostra aspectos subjectivos abrindo espaço para a interpretação. Este método faz uma apresentação da descrição e análise dos dados em uma síntese narrativa, buscando significados em contextos sociais específicos, porém com a possibilidade de generalização teórica.

3.1.3. Instrumentos de Recolha de Dados

Para o efeito, utilizou-se como técnica de recolha de dados a entrevista semi-estruturada, análise documental e a observação sistemática ou não participante, porque são instrumentos importantes e privilegiados na recolha de informações para a pesquisa e não exigem treinamento de pessoas e garantem o anonimato. O inquérito por questionário foi dirigido aos professores. A entrevista foi dirigida ao director, director adjunto pedagógico e aos alunos da escola.

Desta forma, a análise ou pesquisa documental foi feita nos arquivos que o Instituto Nacional de Estatística possui, particularmente os Relatórios.

Segundo Gil (1999), a entrevista como instrumento de recolha de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem crêem, sentem, bem como a cerca das suas explicações a respeito de vários aspectos da vida social.

Segundo Quivy (1998),“(...) a entrevista semi-estruturada permite a exploração e a colaboração de questões adicionais complementares para clarificação ou confirmação por parte de quem entrevista fornecendo informações aprofundadas e com pormenores, a técnica de questionário por sua vez permite obter resposta de grande numero de respondentes ao mesmo tempo num espaço de tempo relativamente curto.”” (p.192)

Como todos os instrumentos, a entrevista também apresenta suas vantagens. Segundo Haguette (1997, p. 86), as vantagens da entrevista são:

Permite a exploração e a colocação de questões adicionais complementares para clarificação ou confirmação, por parte de quem entrevista; Pode fornecer informação aprofundada e de pormenor; e também pode fornecer informação sobre os significados internos e maneiras de pensar dos inquiridos.

A entrevista também tem suas desvantagem ou seja limitações, tais como:

Em alguns casos os entrevistados podem não se recordar de informação importante ou relevante e evidenciar falta de auto- percepção; A insegurança em relação ao anonimato e por causa disto muitas vezes o entrevistado retém informações importantes; e a análise dos dados pode ser demorada, particularmente naqueles relativos a questões de resposta aberta.

Gil (2014, p. 103), afirma que a observação participante ou activa consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. sendo que pode assumir duas formas distintas :

- a) Natural: quando o observador pertence a mesma comunidade ou o grupo que investiga.
- b) Artificial: quando o observador se integra ao grupo com objectivo de realizar uma investigação.

3.1.4. População e Amostra

De um modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. (Gil 2008).

Nesse caso a nossa amostra é constituída por um total de 94 indivíduos, onde envolve 7 professores, 4 alunos e 2 Directores da EPC Especial N2, foi extraída desses 13 indivíduos. Onde foram seleccionados com base em selecção aleatória por conveniência.

No que concerne à direcção da escola, seleccionamos como representantes os directores da escola em causa por entender que eles são as pessoas indicadas que poderiam responder com legitimidade a certos assuntos concernentes as condições ambientais da escola, políticas educativas e processo de inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais.

Quanto aos professores, foram inqueridos os que se mostrassem disponíveis, isto é, a partir de uma amostragem por conveniência. É de referir que na amostragem por conveniência na concepção de Gil (2008), "amostragem por conveniência consiste em incluir no estudo elementos que satisfazem a pesquisa. Nesse caso a nossa amostra é composta por 13 elementos.

3.1.5. Plano de análise de dados

Segundo Andrade (2010), a análise de dados é uma actividade que consiste em transformar um conjunto de dados com objectivo de poder verificá-los melhor, dando-lhes ao mesmo tempo uma razão de ser e uma análise racional.

Para a análise de dados, Bardim (2006) sugere três fases nomeadamente: (i) pré-análise, (ii) exploração do material e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

- A pré-análise: nesta fase faz - se a organização do material obtido com o objectivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Foi feita a descrição da amostra populacional e de seguida a leitura das informações colectadas durante o trabalho de campo.

- A exploração do material: nesta fase os registos obtidos por meio do questionário, entrevistas e observações foram seleccionados minuciosamente para constarem do texto escrito tendo em conta os objectivos traçados no trabalho. Foi nesta fase em que as respostas dadas pelos entrevistados foram organizadas consoante as perguntas de pesquisa de modo a facilitar a análise das mesmas.

- Tratamento dos resultados inferência e interpretação: esta etapa foi dedicada ao tratamento dos resultados obtidos no campo de estudo; é onde foi feita a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Por fim foi feita a análise reflexiva e crítica. Após organizar os dados por pergunta de pesquisa, foi feita a leitura e interpretação dos resultados.

Capítulo IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é dedicado a descrição da escola, e de seguida a apresentação e discussão dos resultados do estudo. A discussão é feita com base nas três perguntas de pesquisa nomeadamente: Qual é o sistema de ensino utilizado para alunos com necessidades educativas especiais na EPC Especial N°2 ?Qual é a avaliação feita sobre o sistema de ensino de alunos com necessidades educativas especiais? Como se caracteriza o sistema de ensino de alunos com necessidades educativas especiais em particular as crianças com deficiência mental? Esta análise vai permitir compreender e dar resposta aos objectivos e perguntas da pesquisa previamente definidas neste estudo.

4.2. Breve descrição do objecto de estudo de caso

A Informação descrita sobre o nosso objecto de estudo de caso, foi obtida a partir da entrevista com o Director Pedagógico da Escola Completa Especial n°2, realizada em 14 de Setembro de 2016, em seu gabinete na Escola Completa Especial n°2, na cidade de Maputo.

4.2.1.Descrição do Local de Estudo

A descrição do local de estudo foi feita com base ao método de recolha de dados que é a observação participada e a entrevista com os nossos inquiridos. A Escola Primaria Completa Especial n°2, localiza-se na cidade de Maputo, na Avenida Julius. A escola conta com um total de 84 alunos e 16 professores de ambos sexos sendo que 5 leccionam o EPI e 11 leccionam EPII, e conta também com 3 educadoras de infância. De acordo com o relatório da MINEDH- Departamento de Educação Especial, a Escola Completa Especial n°2, surge algum tempo logo após a independência em 1975, mas nessa altura estando sob gestão privada, só depois foi nacionalizada, passando a ter tripla subordinação, nomeadamente Saúde (assistência médica), Acção Social (apoio social) e a Educação professores, programas de estudo e o apoio directo às escolas. Está escola teve o inicio das suas actividades no ano de 1962, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Efectivo de alunos da EPC Especial N2

Nível de ensino	Efectivos		
	Masculino	Feminino	Masculino e Feminino
EP I	20	23	43
EP II	20	21	41
Total	40	44	84

Fonte: Director Pedagógico.

A escola em estudo tem 8 salas de aulas todas elas em funcionamento, ela funciona em um edifício de 2 andares, com 1 sala dos professores, 1 secretaria, 2 gabinetes um para o director e o outro a serviço do director adjunto pedagógico, 4 casas de banhos, onde 2 são para professores e funcionários não docentes e os outros para os alunos. Esta escola é propriedade do Estado e esta sob tutela do MINEDH, subordinada pela Direcção da Educação da Cidade de Maputo, e não tem fins lucrativos, mas sim um compromisso com a sociedade Moçambicana na formação do cidadão.

Entretanto, das informações recolhida foi possível verificar que a Escola Completa Especial N°2, é Vocacionada de ensino de crianças e jovens com NEE (Física e Mental) e problemas de aprendizagem, com idades compreendidas entre os 6 aos 18 anos de idade. Lecciona de 1ª á 7ª classes conforme o SNE, de acordo com a NEE de cada aluno, e não existe um acompanhamento especial, por parte de um psicólogo ou Fisioterapeuta. *"A nossa vocação é educação e reabilitação de crianças com deficiência, potenciando-as de uma forma cognitiva para poderem ter inserção na sociedade e na família."*

4.3. Apresentação dos resultados

Os dados foram analisados, tendo como base as perguntas de pesquisa, que foram apresentadas anteriormente aqui iremos apresentar os resultados dos dados recolhidos no campo de estudo.

4.3.1. Discussão dos resultados

A análise detalhada das respostas apresentadas revela não só as principais preocupações dos professores, alunos e director de Educação Especial e inerentes dificuldades ao exercício das suas actividades, como também deixa transparecer algumas insuficiências ao nível do sistema educativo. Procurando não descurar nenhum dos resultados obtidos, torna-se evidente que há ainda muito a fazer de modo a que o ensino funcione, não de forma perfeita o que é manifestamente impossível, mas no mínimo de forma sustentada. Interessa que exista uma capacidade de cumprir os objectivos sociais e individuais de todos os intervenientes, quer sejam os alunos como principais visados, quer sejam os professores enquanto transmissores de conhecimento ou ainda a própria escola e sistema educativo enquanto elemento de congregação de todos os intervenientes num objectivo comum“um dos alunos da escola em causa afirma que: *em termos da aula de educação física, quando se trata de futebol que é uma modalidade que gosto, assim como alongamento, flexões, saltar a corda e correr, tenho tido dificuldades, no que diz respeito a discriminação: sinceramente já me senti discriminado por dois anos e meio desde a 2ª classe até 3ª e as únicas pessoas que me apoiaram foram a minha mãe, irmã e o meu colega, mas já superei.*

De acordo com os dados recolhidos verifica-se que a larga maioria dos inquiridos pertencem ao sexo feminino, o que não pode ser dissociado quer de uma eventual maior apetência para professores em Educação Especial, quer também para um eventual maior interesse neste ramo do ensino. A ligação entre estes dados não será ainda alheia ao facto de que a população docente no geral ser maioritariamente do género feminino, ainda que em termos percentuais possa não ser coincidente, revelando uma tendência muito actual do sistema de ensino dos nossos dias. Constata-se que a maior parte dos inquiridos possui idade superior a 40 anos, e um tempo de docência superior a 10 anos, existindo portanto uma experiência de professores relativamente longa na maioria dos inquiridos. Através do cruzamento de dados, podemos concluir que a maior parte dos professores com maior experiência de ensino em Educação Especial pertencem aos

quadros permanentes, quer de escola, quadros de agrupamento, ou quadros de zona, o que confere a estes docentes uma segurança e estabilidade profissional diferente dos professores contratados.

No que se refere à formação destes profissionais, é demonstrado neste estudo mais que a metade dos professores possuem como única habilitação académica, Magistério Primário. Neste ano (2016), a escola completa especial conta com 88 alunos dos quais 48 estão nas sensoriais e 40 estão na escolarização, com idades compreendidas entre os 6 a 18 anos, no que tange aos níveis leccionados, a escola lecciona de 1^a á 7^a classes. *“Actualmente, a escola é vocacionada na educação de crianças e jovens com deficiência física, mental e problemas de aprendizagem. Conta com 14 professores, 5 estão no EPI, 6 estão na escolarização e 3 monitores que trabalham com as sensoriais que estão subdivididas em 3 (sensorial 1, 2 e 3). Neste momento a escola não tem nenhuma actividade vocacional, já teve só que por causa da falta de recursos foram se retirando 3 formadores em corte e costura, 1 Psicólogo, e 1 Fisioterapeuta. Em termos de metodologia, como trabalhamos com poucos alunos, usamos a pedagogia diferenciada. ”*

Em relação ao currículo leccionado, a escola lecciona de acordo com o Sistema Nacional de Ensino, isto é, as mesmas disciplinas nucleares leccionadas nas escolas regulares (de 1^a a 7^a classes). Contudo, a escola contempla a educação especial em cada turma, segundo a deficiência de cada criança (Sensor-Motor, Fala e terapia).

No primeiro quadro de questões, a primeira pergunta aborda a existência de disciplinas profissionalizantes / vocacionais. Verifica-se nesta questão, que existe disciplinas profissionalizantes, que em termos de formação vocacional, o Plano de Formação da Escola inclui as seguintes disciplinas: Carpintaria, Culinária, Serralharia, Pintura, e Construção (Pedreiro). Disciplinas que actualmente já não são leccionadas por falta de material e apoios.

Neste contexto, com vista a superar estas dificuldades de falta de material e apoio, e com objectivo de adoptar os alunos de fazer, e prepará-los, a escola tem trabalhado em parceria com a Associação dos Deficientes de Moçambique, envolvendo alunos em projectos de integração profissional nas áreas de: carpintaria, jardinagem, construção (Pedreiros), Pintura, e serralharia de acordo com as habilidades de cada aluno. Este tipo de ensino leccionado na escola em estudo tem como finalidade a formação, Socialização e integração dos alunos na vida laboral, na

sociedade, na comunidade e na família. No que concerne as dificuldades na integração social de alunos com deficiência, estes se deparam para manterem-se socialmente, mesmo tendo uma formação profissional ou vocacional, estas dificuldades surgem devido ao estado psicossocial dos alunos, e constituem barreiras sociais com as quais as PNEE's se confrontam na vida, nomeadamente: *o preconceito, o estigma e a marginalização.*

Quanto a existência de estratégias para o atendimento das Necessidades Educativas Especiais. Verificamos que nesta questão 9 inquiridos responderam positivamente, que correspondem a 69%, enquanto que 4 inquiridos, representando 31% do total, consideram existir lacunas quanto aos termos técnicos à sua disposição para desempenharem a sua actividade em plenas condições. Entende-se como termos técnicos a existência de conhecimento científico e pedagógico comprovado, facilmente acessível, aplicável no exercício da docência em NEE, e que se encontre à disposição dos professores, tendo como função uma actualização contínua, que permita uma correcta aplicação de métodos e estratégias de forma fundamentada, visando objectivos referenciados. Contudo, tratando-se de um professor que tem a seu cargo crianças com dificuldades de aprendizagem as suas funções são mais abrangentes do que as de um professor de ensino regular. Antes de mais, este profissional deve tomar conhecimento de todo o processo educacional da criança ou crianças por quem é responsável, a fim de poder direccionar o seu campo de acção para determinadas actividades. Isto implica observar cuidadosamente cada um dos seus alunos, e em função dos resultados obtidos fazer o planeamento da acção de educação e reabilitação. Sendo certo que se trata de alunos que não podem acompanhar o currículo normal, este professor terá de fazer uma adaptação ao mesmo e prever a utilização de outros instrumentos e meios compensatórios face às dificuldades detectadas pelas crianças e jovens. No decorrer deste processo, cabe ao professor de educação especial impor uma certa inovação nas estratégias e métodos de ensino e fazer uma adaptação individualizada do ensino e diferenciação pedagógica. Deve proceder à mudança dos conteúdos de ensino no sentido de melhorar e enriquecer o currículo escolar e por consequência melhorar o nível de realização do aluno. Faz igualmente parte das funções do professor de educação especial ter uma maior atenção às áreas que promovam a socialização e expressão das crianças.

A dificuldade no que concerne à aplicação dos conhecimentos através dos currículos existentes, para além de controverso, é motivo de alguma discussão quanto à necessidade ou não da

existência de currículos especiais criados ao nível do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. De acordo com os dados recolhidos, existe uma clara divisão de opiniões. Cerca de 69% dos inquiridos não considera que os currículos especiais criados ao nível ministerial sejam a solução para as dificuldades que advêm deste campo, por outro lado, 31% dos inquiridos considera que tais currículos poderiam levar a uma intervenção mais direccionada, uniforme e eficaz junto dos alunos. Neste caso existem diversas hipóteses para solucionar esta questão sem que exista grande consenso em torno de qualquer uma delas.

Relativamente a esta questão, os resultados são transversais e proporcionais às respostas obtidas em outros pontos, quer referentes às políticas educativas, à organização escolar e ainda a existência de meios humanos e materiais suficientes. De acordo com os resultados obtidos, as dificuldades sentidas em atender à diversidade de NEE poderá estar directamente relacionada com a própria formação dos professores no que respeita a especializações, à formação contínua, às tarefas adjacentes ao processo de ensino, aos recursos materiais e humanos, ou à distribuição temporal. Assim, 59% dos inquiridos afirmou ter dificuldade em atender à multiplicidade de NEE, revelando-se assim necessário identificar profundamente as razões desta dificuldade, que condiciona não só os professores na sua actividade diária, assim como o aluno, ao não usufruir de todo o potencial do professor em dificuldade, face à problemática exposta. Apenas 41% dos inquiridos não parecem sentir grandes dificuldades.

Quanto a existência de materiais didácticos à disposição dos professores e alunos, de acordo com estes dados é uma das lacunas existentes, que de alguma forma condicionam uma das vertentes do trabalho do professor de Educação Especial. Constata-se que 76% dos inquiridos afirmam não ter ao seu dispor o material didáctico necessário à realização das tarefas a que se propõem nesse sentido. Unicamente 24% dos inquiridos revela existir uma suficiência de meios neste campo. Dada a especificidade do ensino em NEE, estes materiais revestem-se de uma importância fundamental para uma estimulação e auxílio na aprendizagem dos alunos. Deste modo verifica-se ser esta uma dificuldade sentida pelos professores, que face à inexistência de material didáctico auxiliar, vêem a sua tarefa dificultada, sendo-lhe negada a possibilidade de diversificação de estratégias, constituindo a rotina mais uma dificuldade a ultrapassar.

Quanto ao espaço físico pode-se constatar que 51% dos inquiridos consideram estar reunidas as condições necessárias para o bom desempenho da actividade lectiva. Por outro lado, 49% dos

inquiridos revelam uma insuficiência dos meios estruturais necessários para uma prática docente nas melhores condições. Se atentarmos ao facto de que são por vezes necessárias adaptações ao ambiente existente de modo a poder atender alguns tipos de NEE, podemos concluir que há ainda muito para fazer no que concerne às condições físicas necessárias, dado que quase metade dos docentes revelam ser esta uma limitação com a qual têm de se debater e portanto limitadora do bom funcionamento da sua prática lectiva.

Nesta questão, verificamos quanto á organização curricular e mais especificamente no que toca aos programas dos alunos com deficiência, que a aplicação legal de programas específicos, mais da metade dos inquiridos ou seja 55%, discorda de algum modo com a sua aplicação. No entanto, 45% veriam de modo favorável a sua aplicação. Dado que os actuais programas são abrangentes, podemos assim verificar que as opiniões dividem-se sensivelmente por uma aplicabilidade flexível e menos específica, ou por uma situação definida mediante as limitações de cada aluno.

Quanto á formação contínua dos professores, verificamos que quase na totalidade dos nossos inquiridos valorizam a formação ao longo da sua carreira. Podemos constatar que 96% dos inquiridos consideram importante que existam ao longo da sua vida laboral meios e processos formativos que os mantenham informal e actualizados. Somente 4% não parecem necessitar ou demonstrar interesse nestes processos formativos. Neste caso específico e no que diz respeito á Educação Especial, a maioria considera muito importante que os professores estejam informados e preparados para adoptar medidas e estratégias as quais surgem quase de forma contínua, resultante dos avanços e descobertas científicas aplicáveis a tantas das Necessidades com as quais os professores se debatem diariamente.

Capítulo V: Conclusões e recomendações

Neste capítulo trazemos as conclusões a respeito da pesquisa e sugerimos algumas recomendações para a escola em estudo.

5.1. Conclusões

A nossa pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa e teve como tipologia de pesquisa o estudo de caso.

O instrumento de recolha de dados foi a entrevista semi-estruturada.

Os estudos mostram que na escola em estudo usa como estratégia de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, a estratégia de ligação que faz a ponte entre o professor e os organismos competentes que possam fomentar o ensino a este nível e transmitir aos docentes quais as saídas profissionais passíveis de uma ocupação efectiva, possibilitando assim que o professor direcione, estimule e aproveite as capacidades dos seus alunos para as saídas profissionais existentes, facilitando de forma efectiva o trabalho do professor bem como a aprendizagem do aluno, também procuram dar atenção a cada aluno de acordo com a sua necessidade, desta forma conseguem ter nesta perspectiva um acréscimo de motivação face ao sucesso dos resultados esperados.

Com base nos dados recolhidos concluímos que:

Os dados revelam que 69% dos inquiridos não consideram que o currículo especial criado a nível ministerial sejam a solução para as dificuldades que advêm deste campo, por outro lado, 31% dos inquiridos considera que tais currículos poderiam levar a uma intervenção mais direccionada, uniforme e eficaz junto dos alunos.

A par do currículo do SNE, a escola em coordenação com a Associação dos Deficientes de Moçambique, tem incluído no seu currículo disciplinas profissionalizantes, com vista a integração destes alunos na sociedade e na família. Das disciplinas profissionalizantes/formação vocacional proporcionadas destacam-se: Carpintaria, Culinária, jardinagem, Corte e Costura, Serrilharia, Pintura, e Construção (Pedreiro), nas quais os alunos vão se profissionalizando.

Quanto a parte das políticas educativas, verifica-se a existência ou não de termos técnicos que permitam um desempenho apoiado e estruturado das funções do professor de educação especial, também consideram-se termos técnicos a existência de conhecimento científico e pedagógico comprovado, facilmente acessível, aplicável no exercício da docência em educação especial e que se encontra a disposição dos professores, tendo como função uma actualização contínua, que permita uma correcta aplicação de métodos e estratégias de forma fundamentada, visando objectivos referenciados.

O ensino de alunos com NEE, caracteriza-se como um ensino regular que obedece todas normas estabelecidas pelo Ministério da educação, usa o mesmo programa a utilizado nas escola regulares inclusive os professores que leccionam neste ensino são professores sem nenhuma formação especializada para atender alunos especiais mas sim com a formação pedagógica para leccionar em ensino regular.

Para que o aluno tenha o apoio especializado que necessita, em função da singularidade das suas necessidades educacionais especiais, é necessário que o professor tenha uma formação específica e adequada. Esta formação objectiva oferece ao professor os conhecimentos e habilidades necessários para oferecer ao aluno o apoio especializado que este demande, sem a qual não terá condições para acompanhar, com aproveitamento, as aulas na sala de ensino regular. Geralmente, são conhecimentos especializados que permitam o trabalho em contextos específicos, onde a intervenção pedagógica específica funciona como suporte ao processo ensino - aprendizagem, contemplando as necessidades específicas do aluno e o apoio ao trabalho pedagógico do professor na sala de aula.

Ao afirmarmos que o professor, pais e encarregados de educação como afirma Alves (2006), são peça fundamental na implantação da educação inclusiva, é necessário compreender: como estes percebem e identificam o processo de educação inclusiva, reflectindo sobre o impacto que a mesma tem sobre o processo de ensino e aprendizagem. Acima de tudo, uma educação inclusiva efectiva poderá ser alcançada, quando baseada nos processos que visem aumentar a participação dos estudantes e a redução de sua exclusão cultural, e comunitária nas escolas locais, reestruturando a cultura, as políticas e

as práticas dos centros educativos, para que possam atender à diversidade dos alunos de suas respectivas localidades.

Recomendações

Face as conclusões propostas nesta pesquisa, avançamos com as seguintes recomendações:

- Revisão da Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, com vista a entrar em consonância com a educação inclusiva, isto é, adequa-la à educação inclusiva para que a lei esteja em conformidade com as declarações e convenções ratificadas depois da sua criação;
- Promoção de responsabilidade social corporativa, com vista a dar suporte as escolas regulares bem como as especiais;
- Formação inicial, contínua e sistemática dos professores na área de Necessidades Educativas Especiais;
- Fiscalização das escolas especiais.

6. Referências Bibliográficas

Andrade, M.M. (1999). *Introdução á Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalho na graduação* . 4ª ed. São Paulo: Atlas.

————— (2010). *Introdução á Metodologia do Trabalho Científico: 10ª edição*. São Paulo.

Alves, D. O. (2006). *Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência: expectativas docentes e implicações pedagógicas*. Brasília: MEC/SEE

ALENCAR, J. (1999). *Educação inclusiva e sistematização*. Porto Editora: Porto.

Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. Edição 70. Lisboa.

Biaggio, R. (2007). *A Inclusão de Crianças com Deficiência Cresce e Muda a Prática das Creches e pré-escolas*. Brasília: MEC/PDE.

BARTHOLOMEW, A. T. T. & AHMED, Z. (2010) *Avaliação a Meio Percurso da Iniciativa 'FastTrack' da EPT*. Estudo Nacional: Moçambique.

Carneiro, M. A. (2007). *O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas comuns: possibilidades e limitações*. Petrópolis: Vozes.

Coll, C. & Palácios, J. (2004). *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais*. Porto Alegre: Artmed

Loureiro, M. R, et al, (2002), *Educação Especial: inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares*, Belém.

CARDOSO, T. A. I. & CELORICO, J. (2010). *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto Editora: Porto.

CHAMBAL, L. A. (2012). *As Políticas de Inclusão Escolar em Moçambique e a*

Escolarização dos Alunos com Deficiências uma Trajectória de Pesquisa. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE, 7 a 10 de Novembro: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjectividade e Educação-SIRSSE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pp.16511-16526

————— (2012). *A formação Inicial de Professores para Inclusão de Alunos com Deficiência em Moçambique. São Paulo: PUC. (Dissertação para obtenção do grau de Doutorado: Educação – Historia, Política e Sociedade)*

CINTRA, A. M. O. *et all.* (2011) *Análise Fenomenológica da perspectiva do aluno incluindo em Escolas Regulares. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAS E EDUCACIONAL 3 a 6 de Julho de 2011. Pp 1-17.*

CORREIA, K. (1999). *Educação Infantil e Sistematização do Conhecimento.* Porto Editora: Porto.

Demo, P. (2000). *Metodologia de Conhecimento Científico.* 1ª Edição, Editora Atlas, São Paulo.

DECLARACAO DE SALAMANCA (2006). *Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais- Acesso e qualidade.* Salamanca.

DEMARTIS, L. (1999). *Compêndio de Sociologia.* Lisboa: Edições 70.

Gil, A, C. (1996). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* (4ª ed.). São Paulo: Atlas Editora

————— ((1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* (7ª ed.). São Paulo: Martins Fonte.

González, E. (2007). *Necessidades Educacionais Específicas*. Porto Alegre: Artmed

GOFFMAN, E.(1988) *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____((1977).*Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 2ª ed. Rio de Janeiro.

Katz, G. &Lazcano-Ponce, E. (2008). IntellectualDisabiliy: Definicion, etiologicalfadors, classification, diangnosystreatmentanprognosis. Salud Publica México, 50 (Suppl. 2), pp. 132-141.

Mandlate, M.S. (2012). *Políticas e Práticas de Diferenciação e Inclusão Curricular em Moçambique*. Um estudo de caso nas Províncias de Maputo e Cidade de Maputo. *Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Minho - Instituto de Educação, Braga, Portugal.*

Manhique, E.M. (2013, Janeiro). *Barreiras no Acesso ao SNE por Parte dos Portadores de Deficiência*. Revista de Direitos Humanos, Volume 2, pp. 212-243. Maputo: UEM - Faculdade de Direito - Centro de Direitos Humanos.

Michaque, A.T.S. (2013, Janeiro). *Políticas Educacionais como Mecanismo de Inserção das Pessoas Portadoras de Deficiência no Ensino: Uma Análise Histórica para o Caso de Moçambique e as obrigações do Estado no Direito à Educação*. In Revista de Direitos Humanos, Volume 2, pp. 7-28. Maputo: UEM - Faculdade de Direito - Centro de Direitos Humanos.

Ministério da Educação (2012). Plano Estratégico da Educação (2012-2016). *Vamos aprender! Construindo competências para um Moçambique em constante desenvolvimento*. Maputo: MINED.

(2006). Plano Estratégico da Educação e Cultura (2006-2010/11). “*Fazer da escola um pólo de desenvolvimento consolidando a Moçambicanidade*”. Maputo: MEC.

(1999). Plano Estratégico da Educação e Cultura (1999-2003). “*Combater a Exclusão, Renovar a Escola*’’. Maputo: MEC.

PIRES, R. (2003). *Migração e Integração*. Oeiras: Celta Editora. 1ªed. Pp.1-23

Save theChildren. (2002). *Escuelas para todos yb todas: incluindo a la mines com discapacidadesn la education*. Londres: Save theChildren.

Quivy, M. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.

SERRA, C. (2010) *A Construção Social do Outro: Perspectivas Cruzadas entre Estrangeiros e Moçambicanos*. Maputo: Imprensa Universitária.

SILVA, A. C. R. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projectos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas.

Teixeira, L.H.G. (2001). “*Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar*”. In: OLIVEIRA, D. A , DUARTE, M.R.T. (Orgs). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica*. 2º ed, Belo Horizonte.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca, 7-10 de Junho de 1994.

Documentos Oficiais e Legislação

- ✓ MOÇAMBIQUE. (2012). *Plano estratégico de educação: 2012-2016*. MINED.
- ✓ MOÇAMBIQUE. (2006). *Plano estratégico de educação e cultura: 2006-2010/11*. MEC.
- ✓ MOÇAMBIQUE. (1995). *Resolução nº 8. Política Nacional de Educação*. MINED.
- ✓ MOÇAMBIQUE. *Programa Quinquenal do Governo 2005-2009*.
- ✓ MOÇAMBIQUE. (2004). *Constituição da República de Moçambique*.
- ✓ REPÚBLICA DE ANGOLA. (2006). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional para Educação Especial. *Plano Estratégico 2007-2015*.

- ✓ REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE (1983). Lei N° 4/83. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais da sua aplicação. Maputo.
- ✓ REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE (1985). *Sistema Nacional de Educação: Linhas Gerais e lei n°4/83*. Maputo. 1985.

Constituição da República de Moçambique. (2004). Maputo. Recuperado em 29 de Outubro de 2015, de <http://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>

Constituição da República de Moçambique. (1990). Maputo. Recuperado em 15 de Fevereiro de 2016, de [http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_\(as%20amended\)_pt.pdf](http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_(as%20amended)_pt.pdf) *Decreto n.º53/2008, de 30 de Dezembro (2008)*. Dispõe sobre o estabelecimento de dispositivos técnicos que permitem a acessibilidade, circulação e utilização dos sistemas de serviços e lugares públicos das pessoas em geral e em particular, das portadoras de deficiência ou de mobilidade condicionada. Maputo. 2008. Recuperado em 29 Outubro de 2015, de <http://www.pmaputo.gov.mz/legislacao/leis-decretos-resolucoes/dispositivos%20tecnicos%20que%20permitam%20a%20acessibilidad e.pdf/vi ew>

Lei n.º6/92, de 6 de Maio (1992). Dispõe sobre os princípios fundamentais do Sistema Nacional de Educação, reajustando a Lei n° 4/83 que aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação. Maputo. 1992. Recuperado em 29 Outubro, 2015, de <http://www.mec.gov.mz/Legislacao/Legislacao/Lei%20%20do%20Sistema%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> *Política Nacional da Educação*. (1995). Assegura o acesso à educação a um número cada vez maior de utentes e melhorara os níveis e tipos de ensino. Maputo. 1995. Recuperado em 29 de Outubro,

2015, de

<http://www.mec.gov.mz/Legislacao/Legislacao/politica%20nacional%20da%20educacao.pdf>

Sites

INFOPEDIA [Em Linha]. *Integração Social*. Porto: Porto Editora. 2003 – 2010. – Artigo encontrado em www.infopedia.pt – consultado a 24 de Julho de 2014

Entrevistas Realizadas

- ✓ Entrevista com o Sr. Sérgio Vilanculos (*Director Pedagógico da Escola Completa Especial N°2*), na Cidade de Maputo, realizada em 14 de SETEMBRO de 2016, na Direcção da Escola Completa Especial n°2, na cidade de Maputo, às 11 horas.

- ✓ Entrevista com Sr. Bene de Figueredo, (*ex aluno da Escola Completa Especial N°2*), na Cidade de Maputo, em 20 de Julho de 2014.

- ✓ Entrevista com Sr. Ching MaiLo, (*ex aluno da Escola Completa Especial N°2*), na Cidade de Maputo, em 20 de Julho de 2014.

- ✓ Entrevista com Júnior Correia (*aluno da Escola Completa Especial N°2*), na Cidade de Maputo, em 15 de Setembro de 2016.

- ✓ Entrevista com Larson Augusto Benjamim (*aluno da Escola Completa Especial N°2*), na Cidade de Maputo, em 15 de Setembro de 2016.

Anexos



O Presente Guião surge no âmbito da realização do trabalho de fim de curso, subordinado ao tema "O Sistema de Ensino de Alunos com Necessidade Educativas Especiais Mentais nas Escolas Especiais na Cidade de Maputo: O Caso da Escola Completa Especial N°2", pela Universidade Eduardo Mondlane, no Curso de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação. Destina-se a informantes-chave da Escola Completa Especial n°2.(Director/a e Alunos)

Agradecemos que colaborasse connosco, respondendo as perguntas porque as suas respostas são extremamente importantes. Não há respostas certas nem erradas. Todas as respostas são validas, agradecemos que responda de acordo com a sua opinião todas as questões. Garantimos a confidencialidade das suas opiniões e respostas.

Obrigado pela colaboração.

Local:

Horas:

Parte I. Dados do Perfil dos Entrevistados

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Idade

Menos de 25 anos;

De 26 a 30 anos;

De 36 a 40 anos;

De 41 a 45 anos;

De 46 a 50 anos;

Mais de 51 anos.

3. Qual é a sua formação profissional?

- a) 12ª classe _____ b) Mestrado _____
c) Sem formação _____ d) 10ª classe mais 1 _____
e) 12ª classe mais 1 _____ f) Licenciado _____
g) Bacharelato _____ h) Doutoramento _____
i) Outro _____ Qual ? _____.

4. Curso de formação.

a) Qual é o curso de formação, em que instituição se formou?

.....
.....

5. A quanto tempo é professor?

.....
.....

6. A quanto tempo lecciona nesta escola como profissional da educação especial?

.....
.....

7. Há quantos anos trabalha nesta escola? _____ anos.

8. Qual é a sua função? Director/a Director Pedagógico/a Professor/a

Outra função (especificar) _____.

Parte II. Questionário

1. Qual é a vocação da escola em termos de alunos com Necessidades Educativas Especiais?
2. Quais são os níveis de ensino leccionados na escola?
3. Quantos alunos tem a escola?
4. Quantos Professores tem a escola?
5. Qual é o tipo de formação vocacional leccionada na escola?
6. Qual é a formação pedagógica dos Professores?
7. Quais são as disciplinas leccionadas na escola?
8. Qual é o impacto deste tipo de ensino para os alunos em termos de integração social?
9. Quais são as dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o processo de integração social?
10. Qual é a finalidade deste tipo de ensino?
12. Qual é a idade mínima dos alunos matriculados na escola?
13. Considera existirem termos técnicos para o atendimento das necessidades educativas especiais na escola?
14. Na sua opinião, considera que o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano deveria criar currículo próprio especial?
15. Na sua opinião, considera que os professores de Educação Especial têm dificuldades em atender á diversidade de alunos com NEE na escola?
16. Considera que a lei deverá ter um programa de acordo com cada necessidade específica?

17. Na sua opinião, considera importante a formação contínua dos professores de Educação Especial?

18. Qual é avaliação que faz sobre alunos com necessidades educativas especiais e o espaço físico?

Maputo, Fevereiro de 2017

Pedro Miguel E. Machele

Guião de Entrevistas dos Alunos

1. Identificação do Entrevistado

- 1.1. Nome ()
- 1.2. Sexo ()
- 1.3. Idade ()
- 1.4. Classe que frequenta()
- 1.5. Morada

2. Dados Relacionados ao Estigma

2.1. Sente algum tipo de mau trato, devido à sua deficiência? E o que tem feito para superar?

- a) Sim ()
- b) Não ()

2.2. A sua deficiência já lhe fez desistir de integrar-se socialmente? Fale um pouco do que já passou neste processo.

- a) Sim ()
- b) Não ()

2.3. O que tem feito quando os outros olham para si de forma penosa, como se fosse um incapaz?

3. Dados que se ligam à Deficiência Física

3.1. Que limitações tem na sua carreira, a sua deficiência lhe impede de executá-la à vontade?

4. Mecanismos Usados para a Superação do Estigma

4.1. Quando se sente discriminado, que mecanismos adopta para a superação de esta discriminação?

4.2. Neste processo de integração, quando se sente discriminado, o que tem feito?

Maputo, Fevereiro de 2017

Pedro Miguel E. Machele

Muito obrigado pela atenção e colaboração!